

<i>Nota à 13ª edição</i>	7
Capítulo I — O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	
I — Introdução	25
II — Conteúdo do regime jurídico-administrativo a) <i>Supremacia do interesse público sobre o privado, 30; b) Indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos, 34</i>	
III — Valor metodológico da noção de regime administrativo	48
* Capítulo II — PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO	
I — Princípios expressos e implícitos	56
1ª) <i>Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, 57 (Conceito de interesse público, 57; Conseqüências da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, 67; A supremacia do interesse público e os “poderes” da Administração, 68); 2ª) Princípio da legalidade, 71; 3ª) Princípio da finalidade, 77; 4ª) Princípio da razoabilidade, 79; 5ª) Princípio da proporcionalidade, 81; 6ª) Princípio da motivação, 82; 7ª) Princípio da impessoalidade, 84; 8ª) Princípio da publicidade, 84; 9ª) Princípios do devido processo legal e da ampla defesa, 85; 10ª) Princípio da moralidade administrativa, 89; 11ª) Princípio do controle judicial dos atos administrativos, 90; 12ª) Princípio da responsabilidade do Estado por atos administrati-</i>	

vos, 91; 13ª) *Princípio da eficiência*, 92; 14ª) *Princípio da segurança jurídica*, 92

II — *Restrições excepcionais ao princípio da legalidade*

a) *Medidas provisórias*, 95; b) *Estado de defesa*, 102; c) *Estado de sítio*, 103

Capítulo III

— **A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

I — *Os órgãos e as competências públicas* 105

Órgãos públicos, 106; *Classificação dos órgãos*, 107; *Competências públicas*, 108 (Conceito de competência, 110).

II — *Insurgência na via administrativa contra o exercício das competências: pedido de reconsideração, recurso hierárquico, reclamação administrativa, representação e denúncia* 112

III — *Centralização e descentralização administrativa* 115

Desconcentração, 116; *A hierarquia e os poderes do hierarca*, 116; *Distinção entre descentralização e desconcentração*, 117; *O controle*, 117

IV — *Organização administrativa da União: Administração direta e indireta* 118

Administração direta da União, 119; *Critério classificador do Decreto-lei 200*, 120

Capítulo IV

— **FIGURAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E ENTIDADES PARALELAS** 123

I — *Autarquias*
Conceito, 123; *Regime jurídico*, 124 (a) *Relações com a pessoa que as criou*, 125; (b) *Relações com terceiros*, 128; (c) *Relações internas*, 131); *Autarquias especiais ou sob regime especial*, 132; *Agências reguladoras*, 132; *Agências executivas*, 141

II — *Fundações públicas*
Conceito legal: impropriedade, 143; *Natureza das fundações públicas*, 146

III — *Empresas públicas e sociedades de economia mista*
Conceito de empresa pública, 147 (Conceito legal:

impropriedade, 147); *Conceito de sociedade de economia mista*, 151 (Conceito legal: impropriedade, 151); *As diferenças entre empresas públicas e sociedades de economia mista*, 159; *Natureza essencial de empresas públicas e sociedades de economia mista: conseqüências*, 154; *Critérios para interpretação do regime jurídico das empresas do Estado*, 157; *Espécies de empresas públicas e sociedades de economia mista*, 158; *Empresas estatais e concessão de serviço público*, 159; *A peculiaridade de regime das estatais em confronto com as pessoas de Direito Privado. Normas constitucionais*, 161; *O regime jurídico das empresas estatais*, 164 (a) Relações com a pessoa que as criou, 164; b) Relações com terceiros, 168; c) Relações internas, 180)

IV	— <i>Figuras jurídicas introduzidas pela Reforma Administrativa</i>	182
	<i>Contrato de gestão</i> , 183; <i>Contratos de gestão entre Estado e entidades da Administração indireta</i> , 184 (O art. 37, § 8º, da Constituição, 190; <i>Contrato entre órgãos?</i> , 191); <i>Contratos de gestão entre o Estado e as “organizações sociais”</i> , 194; <i>Organizações sociais</i> , 194; <i>Organizações da sociedade civil de interesse público</i> , 200	

Capítulo V	— A PRESCRIÇÃO NO DIREITO ADMINISTRATIVO	
I	— <i>Prescrição, decadência e preclusão</i>	202
II	— <i>Prescrição (ou outro prazo extintivo) da pretensão do administrado a pleitear direito na via administrativa</i>	204
III	— <i>Prescrição de ações judiciais do administrado contra o Poder Público</i>	205
IV	— <i>Pretensões da Administração contra o administrado</i>	207
V	— <i>“Prescrição” da possibilidade de a Administração prover, ela própria, sobre certa específica situação</i>	208
VI	— <i>Prescrição das ações judiciais contra o administrado</i>	210

Capítulo VI	— O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
I	— Controle interno e externo	212
	a) <i>Controle interno</i> , 212; b) <i>Controle externo</i> , 215	
II	— Controle parlamentar direto	215
	a) <i>Sustação de atos e contratos do Executivo</i> , 215; b) <i>Convocação de Ministros e requerimentos de informações; recebimento de petições, queixas e representações dos administrados e convocação de qualquer autoridade ou pessoa para depor</i> , 215; c) <i>Comissões Parlamentares de Inquérito</i> , 216; d) <i>Autorizações ou aprovações do Congresso necessárias para atos concretos do Executivo</i> , 216; e) <i>Poderes controladores privativos do Senado</i> , 217; f) <i>Julgamento das contas do Executivo</i> , 217; g) <i>Suspensão e destituição (“impeachment”) do Presidente ou de Ministros</i> , 218	
III	— Controle pelo Tribunal de Contas	218
	a) <i>Compostura e composição do Tribunal de Contas</i> , 218; b) <i>Parecer prévio sobre as contas do Presidente</i> , 219; c) <i>Julgamento das contas dos administradores públicos</i> , 220	
IV	— Controle jurisdicional (panorama)	221
	a) <i>“Habeas corpus”</i> , 222; b) <i>Mandado de segurança</i> , 222; c) <i>“Habeas data”</i> , 223; d) <i>Mandado de injunção</i> , 223; e) <i>Ação popular</i> , 224; f) <i>Ação civil pública</i> , 224; g) <i>Ação direta de inconstitucionalidade</i> , 225	
Capítulo VII	— SERVIDORES PÚBLICOS	
I	— Agentes públicos	226
II	— Classificação dos agentes públicos	229
	a) <i>Agentes políticos</i> , 229; b) <i>Servidores estatais</i> , 230 (<i>Servidores públicos: conceito e espécies</i> , 230; <i>Servidores das pessoas governamentais de Direito Privado</i> , 232); c) <i>Particulares em colaboração com a Administração</i> , 232	
III	— Os servidores estatais na Constituição: titulares de cargos e ocupantes de empregos	233
	a) <i>Cargos públicos</i> , 233; b) <i>Funções públicas</i> , 234; c) <i>Empregos públicos</i> , 235	

IV	— <i>Natureza da relação jurídica entre os titulares de cargos e o Poder Público</i>	235
V	— <i>Natureza da relação jurídica entre os ocupantes de emprego e as entidades governamentais</i>	236
VI	— <i>Âmbito de aplicação do regime de emprego e do regime de cargo</i>	237
VII	— <i>Objeto das normas constitucionais sobre pessoal</i>	243
VIII	— <i>Normas de contenção de despesas com os servidores estatais</i> a) <i>Limite global de despesas com pessoal, 244; b) Previsão orçamentária e na lei de diretrizes para alterações, 248; c) Proibição a União e Estados de aportarem recursos a outros níveis de governo para despesas de pessoal, 249</i>	
IX	— <i>Normas relativas à remuneração dos servidores</i> a) <i>Criação de remuneração por subsídios, 249; b) Limite de remuneração, 251; c) Vencimentos do Executivo como paradigma para o Legislativo e o Judiciário, 254; d) Proibição de vinculação de vencimentos, 254; e) Cálculo de acréscimos pecuniários, 254; f) Uniformidade na data e nos índices para revisão geral da remuneração dos servidores públicos, 254; g) Exigência de lei para fixação ou alteração da remuneração, 255</i>	
X	— <i>Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos servidores estatais (titulares de cargos ou empregados)</i>	256
	a) <i>Acessibilidade aos cargos e empregos: concurso público, 256 (Admissão e dispensa nas estatais); 259; b) Contratação excepcional sem concurso, 260; c) Direito de greve e de sindicalização, 261; d) Proibição de acumulação remunerada, 261; e) Sanção por improbidade administrativa, 263</i>	
XI	— <i>Regime constitucional dos servidores públicos titulares de cargos</i>	263
	a) <i>Irredutibilidade de vencimentos, 263; b) Alguns direitos equivalentes aos dos empregados, 264; c) Estabilidade, 264; d) Disponibilidade, 265; e) Aposentadoria e proventos, 266 (A contribuição previdenciária prevista pela Lei 9.783/99, 268); f) Revi-</i>	

	<i>são de proventos, 272; g) Pensão por morte, 272; Situação dos atuais servidores, 273</i>	
XII	— Os cargos públicos	275
	<i>a) Criação e extinção. Declaração de desnecessidade, 275; b) Classificação dos cargos, 276 (Cargos em comissão, 278; Cargos de provimento efetivo, 277; Cargos vitalícios, 278); c) Lotação dos cargos e "redistribuição", 278</i>	
XIII	— O provimento em cargo público: conceito e formas	279
	<i>a) Provimento autônomo ou originário, 279; Nomeação, 279; Posse, 280; b) Provimentos derivados, 281; Provimento derivado vertical (promoção), 281; Provimento derivado horizontal (readaptação), 282; Provimento derivado por reingresso (reversão, aproveitamento, reintegração e recondução), 282</i>	
XIV	— Direitos e vantagens dos servidores públicos estatutários	283
	<i>a) Direitos e vantagens que beneficiam diretamente o servidor, 283 (Direitos e vantagens de ordem pecuniária, 283; Direitos de ausência ao serviço, 285; Aposentadoria, 291); b) Direitos e vantagens em prol de dependentes do servidor, 291</i>	
XV	— Deveres e responsabilidades dos servidores públicos estatutários	292
	<i>Prescrição, 295</i>	
XVI	— Sindicância e processo administrativo	296
XVII	— Limites do poder de emendar a Constituição e a situação dos atuais servidores alcançados pela Emenda 19	300
Capítulo VIII	— O REGULAMENTO NO DIREITO BRASILEIRO	
I	— Introdução	307
II	— Conceito de regulamento no Direito brasileiro ..	309
III	— Diferenças entre lei e regulamento no Direito brasileiro	309
IV	— O regulamento ante o princípio da legalidade no Brasil	310
V	— Finalidade e natureza da competência regulamentar	316

VI	— <i>Limites ao regulamento no Direito brasileiro: a delegação legislativa disfarçada</i>	320
VII	— <i>O objeto da competência regulamentar</i>	325
VIII	— <i>Diferenças entre lei e regulamento quanto às garantias do administrado</i>	332
IX	— <i>Resoluções, instruções e portarias</i>	335

Capítulo IX

— **ATOS ADMINISTRATIVOS**

I	— <i>Considerações introdutórias</i> a) <i>Distinção entre fatos jurídicos e atos jurídicos, 337; b) O problema da conceituação do ato administrativo, 341</i>	
II	— <i>Atos da Administração e atos administrativos</i> ...	341
III	— <i>Conceito de ato administrativo</i>	343
IV	— <i>Perfeição, validade e eficácia</i>	345
V	— <i>Requisitos do ato administrativo</i>	347
VI	— <i>Elementos do ato</i> <i>Conteúdo, 350; Forma, 351</i>	
VII	— <i>Pressupostos do ato</i> 1) <i>Pressupostos de existência, 352; 2) Pressupostos de validade, 353: A) Sujeito (pressuposto subjetivo), 353; B) Motivo (pressuposto objetivo), 354 (Motivo do ato e motivo legal, 355; Motivo e móvel, 356; O papel da vontade no ato administrativo, 356; Motivo e motivação, 357; O dever de motivar e as consequências de sua violação, 357; Teoria dos motivos determinantes, 360); C) Requisitos procedimentais (pressuposto objetivo), 360; D) Finalidade (pressuposto teleológico), 361 (Teoria do desvio de poder, 362); E) Causa (pressuposto lógico), 364; F) Formalização (pressuposto formalístico), 366</i>	
VIII	— <i>O silêncio no Direito Administrativo</i>	368
IX	— <i>Atributos dos atos administrativos</i>	371
	<i>Casos em que cabe executoriedade, 376; Defesas contra a executoriedade, 376</i>	
X	— <i>Classificação dos atos administrativos</i>	377
	a) <i>Quanto à natureza da atividade, 377; b) Quanto à estrutura do ato, 378; c) Quanto aos destinatários do ato, 378; d) Quanto ao grau de liberdade da Administração em sua prática, 379; e) Quanto à função da vontade administrativa, 379; f) Quanto</i>	

aos efeitos, 379; g) Quanto aos resultados sobre a esfera jurídica dos administrados, 380; h) Quanto à situação de terceiros, 380; i) Quanto à composição da vontade produtora do ato, 380; j) Quanto à formação do ato, 381; l) Quanto à natureza das situações jurídicas que criam, 381; m) Quanto à posição jurídica da Administração, 382

XI	— Vinculação e discricionariedade	383
XII	— Atos administrativos “in specie” Em função do conteúdo, 390; Como formas de manifestação de outros atos, 392	
XIII	— Procedimento administrativo	394
XIV	— Panorama da extinção dos atos administrativos	396
XV	— Revogação Conceito, 399; Sujeito ativo da revogação, 400; Objeto da revogação, 401; Fundamento da revogação, 402; Motivos da revogação, 404; Efeitos da revogação, 405; Natureza do ato revogador, 406; Limites ao poder de revogar, 406; Revogação e indenização, 408	
XVI	— Invalidade dos atos administrativos	409
	Sujeitos ativos da invalidação, 411; Objeto da invalidação, 411; Fundamento da invalidação, 412; Motivo da invalidação, 412; Efeitos da invalidação, 412; Classificação da invalidade segundo a doutrina brasileira, 413; Atos irregulares, 416; Comentários às diferentes teorias, 417; O grau de intolerância em relação a categorias de atos inválidos, 418; Convalidação, 420; Convalidação e invalidação: poder ou dever?, 421; Identificação dos atos inexistentes, dos nulos e dos anuláveis, 424; Regime dos atos inválidos, 424; Invalidação e dever de indenizar, 425 (Direito de resistência contra atos inválidos, 426)	
XVII	— Regime jurídico dos atos inexistentes, dos nulos e anuláveis: comparação	428
XVIII	— Diferenças entre revogação e invalidação	430
Capítulo X	— O PROCEDIMENTO (OU PROCESSO) ADMINISTRATIVO	
I	— Conceito de procedimento administrativo	431

	<i>Procedimento e ato complexo, 437</i>	
II	— <i>Requisitos do procedimento</i>	438
III	— <i>Importância do procedimento administrativo.</i> <i>Atualidade do tema</i>	439
IV	— <i>Objetivos do processo ou procedimento</i>	442
V	— <i>Espécies de procedimento</i>	443
VI	— <i>Fases do processo ou procedimento</i>	444
VII	— <i>Princípios do procedimento</i>	446
VIII	— <i>Fundamentos constitucionais dos princípios do</i> <i>procedimento administrativo</i>	450
IX	— <i>Obrigatoriedade da adoção de procedimento</i> <i>administrativo formalizado</i>	455
X	— <i>O processo (ou procedimento) na</i> <i>legislação federal</i>	456
	<i>Âmbito de abrangência, 457; Competência, 457;</i> <i>Princípios do processo e garantias do administrado,</i> <i>458; Sequência processual, 463; Prazos processuais,</i> <i>466; Revogação, anulação e convalidação, 467</i>	
Capítulo XI	LICITAÇÃO	
I	— <i>Conceito e finalidades</i>	469
II	— <i>A legislação sobre licitação</i>	472
	<i>Normas gerais de licitação e contratos, 476</i>	
III	— <i>Os princípios da licitação</i>	477
IV	— <i>Quem está obrigado a licitar</i>	480
V	— <i>Os pressupostos da licitação</i>	482
VI	— <i>O objeto licitável, a dispensa e a inexigibilidade</i> <i>de licitação</i>	483
	<i>Bens singulares, 484; Serviços singulares, 485; Sis-</i> <i>tematização legal dos casos excludentes de licita-</i> <i>ção, 485; Os casos qualificados pela lei como de</i> <i>licitação dispensável, 486; Inexigibilidade de licita-</i> <i>ção, 489; Serviços técnicos de natureza singular,</i> <i>491; Justificação de dispensas e de inexigibilidade,</i> <i>494; Licitação proibida, 494</i>	
VII	— <i>Modalidades da licitação</i>	495
	<i>Prazos e formas de publicidade nas modalidades de</i> <i>licitação, 501; Comparação entre concorrência,</i> <i>tomada de preços e convite, 502; Pregão e consulta,</i> <i>503 (Procedimento do pregão, 504); Registros</i> <i>cadastrais, 508; O registro de preços, 509; Comis-</i>	

	<i>sões de licitação, 510; Licitações de grande vulto e licitações de alta complexidade técnica, 511; Alienação de bens, 512; Licitações internas e licitações internacionais, 513</i>	
VIII	— <i>Etapas interna e externa da licitação</i>	514
	<i>Requisitos para instauração de licitação, 514; Vedações nas licitações, 515</i>	
IX	— <i>Fases da licitação</i>	516
	<i>Exame dos afluentes à licitação, 516; Exame das propostas, 517; Confirmação do resultado e outorga do objeto, 518; Esquema analítico das fases, 519; Sequência procedimental da concorrência, 519</i>	
X	— <i>O edital</i>	522
	<i>Vícios do edital, 525</i>	
XI	— <i>A habilitação</i>	526
	<i>Documentos substitutivos para habilitação, 531; Consórcios, 532; Habilitação de empresa estrangeira em licitação internacional; compras de bens no Exterior, 533; Comparecimento de um único licitante, 533; Pré-qualificação, 534; Descabimento de rigorismos inúteis na habilitação, 534; Efeito jurídico da habilitação, 534; Vícios da habilitação, 535</i>	
XII	— <i>O julgamento</i>	536
	<i>Requisitos das propostas, 537; Objetividade do julgamento, 540; Classificação, 540; Desempate entre as propostas, 540; Os "tipos" de licitação, 540; Equanimidade de tratamento entre licitantes estrangeiros e nacionais, 543; Classificação de uma só proposta, 544; Vícios da classificação, 544; Efeito jurídico da classificação, 545</i>	
XIII	— <i>Homologação e adjudicação</i>	545
XIV	— <i>Regras especiais para licitações com financiamento internacional e para compras de bens efetuadas no Exterior</i>	546
XV	— <i>Recursos administrativos</i>	547
XVI	— <i>O procedimento licitatório e suas conseqüências</i>	548
	<i>Licitação e direito ao subsequente contrato, 548; Revogação da licitação, 548; Anulação da licitação, 549</i>	

XVII	— <i>Crimes</i>	552
XVIII	— <i>Licitação e mandado de segurança</i>	552
Capítulo XII	— O CONTRATO ADMINISTRATIVO	
I	— <i>Introdução</i>	554
	<i>Peculiaridades do contrato administrativo, 555</i>	
II	— <i>O contrato administrativo no Direito francês</i> ...	556
III	— <i>O contrato administrativo na doutrina brasileira</i>	558
IV	— <i>Conceito de contrato administrativo</i>	560
V	— <i>Características do chamado “contrato administrativo”</i>	562
	<i>A lógica do contrato administrativo, 563</i>	
VI	— <i>O contrato administrativo no Direito Positivo brasileiro</i>	564
	<i>Alteração unilateral do contrato, 566; Alteração bilateral do contrato, 567; Extinção unilateral do contrato, 568; Outras hipóteses de extinção, 568; A “exceptio non adimpleti contractus”, 569; Prazo e prorrogação dos contratos, 569; Formalidades do contrato administrativo, 571; Eficácia dos contratos administrativos, 571; Os pagamentos devidos ao contratado; correção monetária; reajuste e recomposição de preços no Direito Positivo (imprevisão, fato do príncipe e sujeições imprevistas), 572; Sanções administrativas e penais por ocasião dos contratos administrativos, 579</i>	
VII	— <i>Equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo</i>	580
	<i>O âmbito de proteção do equilíbrio econômico-financeiro e Direito Positivo brasileiro, 583; O contrato administrativo e o dever de boa-fé, 586</i>	
VIII	— <i>A cláusula “rebus sic stantibus”</i>	588
IX	— <i>A teoria da imprevisão</i>	589
X	— <i>As cláusulas de reajustes de preços</i>	592
XI	— <i>Os reajustes e os índices oficiais</i>	593
Capítulo XIII	— SERVIÇO PÚBLICO E INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	
I	— <i>Conceito de serviço público</i>	597
	<i>a) Substrato material da noção de serviço público,</i>	

599; b) *Elemento formal caracterizador do serviço público*, 600

- II — *Serviços públicos e outras atividades estatais ...* 602
Serviço público e obra pública, 603; *Serviço público e poder de polícia*, 604; *Serviço público e exploração estatal de atividade econômica*, 605
- III — *Serviços públicos por determinação constitucional* 607
- IV — *Limites constitucionais para a caracterização de um serviço como público* 609
- V — *Intervenção do Estado no domínio econômico ..* 610
Atividades privadas sob regime especial, 615; *Monopólio*, 619
- VI — *Serviços públicos e serviços governamentais* 619

Capítulo XIV — **CONCESSÕES E PERMISSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO E SEUS REGIMES JURÍDICOS**

- I — *Concessão de serviços públicos: conceito e noções gerais* 622
A exploração do serviço como forma de remuneração, 623; *Concessão e permissão de serviço público na Constituição e as leis editadas para cumpri-la*, 624; *Impropriedade das definições legais*, 627; *Natureza dos serviços suscetíveis de serem concedidos*, 631; *Natureza jurídica da concessão de serviço público e suas conseqüências*, 632
- II — *Forma e condições da outorga do serviço em concessão* 634
Licitação das concessões, 635; *O "contrato" de concessão*, 640; *Transferência da concessão — Transferência do controle acionário da concessionária e a subconcessão*, 640
- III — *O prazo nas concessões e sua prorrogação* 642
- IV — *Os poderes do concedente* 645
- V — *Os direitos do concessionário* 650
Remuneração do concessionário, 650
- VI — *As tarifas* 651
As fontes paralelas (alternativas, complementares) de receita do concessionário, 654; *O equilíbrio eco-*

	<i>nômico-financeiro na concessão de serviço público (ou obra pública), 655</i>	
VII	— <i>Os direitos dos usuários</i>	660
VIII	— <i>Formas de extinção da concessão e seus efeitos jurídicos</i>	661
IX	— <i>A reversão dos bens</i>	667
X	— <i>Síntese da composição patrimonial no encerramento da concessão</i>	668
XI	— <i>Responsabilidade do concessionário e subsidiária do Estado pelos danos a terceiros causados em razão do serviço</i>	669
XII	— <i>Permissão de serviço público</i>	671
XIII	— <i>Situações transitórias na lei de concessões</i>	682
Capítulo XV	— PODER DE POLÍCIA <i>27</i>	
I	— <i>Introdução</i>	684
II	— <i>Sentido amplo e sentido estrito do poder de polícia</i>	688
III	— <i>Fundamento da polícia administrativa</i>	689
IV	— <i>Essência do poder de polícia</i>	690
	<i>Traços característicos, 691</i>	
V	— <i>Polícia administrativa e polícia judiciária</i>	694
VI	— <i>Atos através dos quais se expressa a polícia administrativa</i>	695
VII	— <i>O poder de polícia é discricionário?</i>	696
VIII	— <i>Definição de polícia administrativa</i>	696
IX	— <i>Polícia geral e polícia especial</i>	696
X	— <i>Delegação de atos de polícia administrativa</i>	699
XI	— <i>Distinção entre limitações administrativas à propriedade e servidão administrativa</i>	701
XII	— <i>Executoriedade das medidas de polícia administrativa</i>	705
XIII	— <i>Polícia administrativa e o princípio da proporcionalidade contra abusos da Administração</i>	706
XIV	— <i>Setores da polícia administrativa</i>	707
XV	— <i>Polícia administrativa da União, Estados e Municípios</i>	708
Capítulo XVI	— DESAPROPRIAÇÃO	
I	— <i>Conceito</i>	711

II	— Fundamentos da desapropriação	716
III	— Desapropriação: forma originária de aquisição da propriedade	716
IV	— Requisitos da desapropriação	718
V	— Competência para legislar sobre desapropriação; competência para desapropriar e competência para promover desapropriação ..	720
VI	— Objeto da desapropriação	720
VII	— Beneficiários da desapropriação	722
VIII	— Fases do procedimento expropriatório	722
IX	— A declaração de utilidade pública	723
X	— A imissão provisória de posse	726
XI	— A justa indenização. Juros. Correção monetária. Outras despesas. Honorários de advogados	728
XII	— Momento em que se consuma a desapropriação	732
XIII	— Desapropriação por zona	733
XIV	— Desapropriação indireta	734
XV	— Extensão do controle jurisdicional na ação de desapropriação	734
XVI	— Retrocessão e direito de preferência violado	735
XVII	— Desapropriação e requisição	750

Capítulo XVII — **BENS PÚBLICOS**

I	— Conceito	751
II	— Os bens com relação à sua destinação	751
III	— Afetação e desafetação dos bens públicos	752
IV	— Regime jurídico dos bens públicos	753
V	— Os bens quanto à sua natureza física	755
	a) Bens do domínio hídrico, 756; b) Bens do domínio terrestre, 757 (Domínio do solo, 757; Domínio do subsolo, 761)	
VI	— Formas de aquisição e alienação de bens públicos	762
VII	— Formas de utilização dos bens públicos pelos administrados	762
	a) Utilização dos bens de uso comum, 763; b) Utilização dos bens de uso especial, 767; c) Utilização dos bens dominicais, 767	

Capítulo XVIII	— DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E CONTROLE JUDICIAL	
<i>I</i>	— <i>Introdução</i>	771
<i>II</i>	— <i>Princípio da legalidade</i>	773
<i>III</i>	— <i>Vinculação e discricionariedade</i>	774
	<i>Mérito do ato, 777</i>	
<i>IV</i>	— <i>Fundamentos da discricionariedade</i>	778
<i>V</i>	— <i>Estrutura lógico-normativa da discricionariedade</i>	780
<i>VI</i>	— <i>Conceito de discricionariedade</i>	785
<i>VII</i>	— <i>Limites da discricionariedade</i>	785
<i>VIII</i>	— <i>Extensão do controle judicial</i>	789
	<i>a) Exame dos motivos, 790; b) Exame da finalidade: o desvio de poder, 791; c) Exame da causa do ato, 795</i>	
<i>IX</i>	— <i>Conclusão</i>	796
Capítulo XIX	— RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO POR COMPORTAMENTOS ADMINISTRATIVOS	
<i>I</i>	— <i>Introdução</i>	799
<i>II</i>	— <i>Responsabilidade e sacrifício de direito</i>	800
<i>III</i>	— <i>Originalidade da responsabilidade pública</i>	802
<i>IV</i>	— <i>A responsabilidade do Estado e o Estado de Direito</i>	805
<i>V</i>	— <i>Evolução da responsabilidade por atos administrativos</i>	806
	<i>a) Princípio da irresponsabilidade do Estado, 807; b) Princípio da responsabilidade do Estado, 808; c) Responsabilidade subjetiva do Estado, 808; d) Responsabilidade objetiva do Estado, 811</i>	
<i>VI</i>	— <i>Fundamentos da responsabilidade do Estado</i> ...	812
<i>VII</i>	— <i>Questões capitais sobre a responsabilidade estatal</i>	813
<i>VIII</i>	— <i>Os sujeitos que comprometem o Estado</i>	813
<i>IX</i>	— <i>Caracteres da conduta lesiva ensejadora de responsabilidade</i>	815
	<i>a) Danos por ação do Estado, 816; b) Danos por omissão do Estado, 818; c) Danos dependentes da situação produzida pelo Estado diretamente propiciatória, 823</i>	

X	— <i>O dano indenizável</i>	826
XI	— <i>Excludentes da responsabilidade do Estado</i>	829
XII	— <i>A responsabilidade do Estado no Brasil</i>	
	<i>a) Introdução, 831; b) Evolução normativa da responsabilidade do Estado no Brasil, 833; c) Responsabilidade subjetiva ou objetiva como regra no Direito vigente, 836; d) Responsabilidade patrimonial do agente por danos a terceiros, 839; e) Responsabilidade estatal na jurisprudência brasileira, 841</i>	
ÍNDICE REMISSIVO		845